

Provas reunidas pela CPI são caso de

■ Algumas: fraudes fiscais, tráfico de influência, exploração de prestígio, enriquecimento ilícito, peculato e

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA — A duas semanas do encerramento dos trabalhos, a CPI do Orçamento reúne provas materiais de que parlamentares praticaram fraudes fiscais, como a sonegação, crimes contra a administração pública — como o tráfico de influência e a exploração de prestígio — enriquecimento ilícito, falsidade ideológica, peculato e até de formação de quadrilha. O Congresso Nacional prepara-se apenas para o julgamento político dos envolvidos no escândalo do orçamento, examinando a falta de decoro no exercício do mandato parlamentar. Mas no que depender desta CPI, o Ministério Público começará seu trabalho com meio caminho andado, pois o sofisticado processo de investigação produziu provas para delegado de polícia algum botar de feito.

Embora pequena e miserável a ponto de não possuir sequer uma hospedaria para acolher um auditor do Tribunal de Contas da União, Itarantim (BA) recebeu US\$ 2 milhões em subvenções sociais em 1989. Este valor chamou a atenção da subcomissão coordenada pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que investigava quem recebia subvenções sociais superiores a US\$ 200 mil. O auditor descobriu que, dos US\$ 2 milhões liberados pelo Ministério da Ação Social, US\$ 500 mil entraram diretamente na conta bancária de João Alves e outro tanto na conta do doleiro Trajano José das Neves.

Tese absurda — “Dinheiro de propina não tem recibo nem registro em declaração de renda e contabilidade de empresas. Infelizmente, não há outro caminho fora da completa devassa bancária e fiscal para comprovar a corrupção no orçamento e irregularidades na distribuição e uso de subvenções sociais”, diz o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP). Apontado como o número um da lista de cassados, o deputado João Alves (sem partido-BA) depôs sustentando a tese absurda de que movimentara US\$ 9 milhões nos últimos cinco anos com “a ajuda de Deus” na prática de seu hobby: as loterias.

O senador Saldanha Derzi (PP-



Magalhães, o relator, encaminhará as denúncias ao Ministério Público

MS) é um homem rico, com um patrimônio estimado em US\$ 40 milhões. Este patrimônio elimina dificuldades para explicar uma movimentação bancária alta, como foi o caso do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que movimentou US\$ 2,3 milhões e só conseguiu justificar a origem de US\$ 1,5 milhão. O problema do senador é que ele não apresentou sua declaração de imposto de renda em 1991.

Já o ex-ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, apresentou a declaração mas esqueceu de incluir imóveis confirmados em novembro pelo cartório Aluizio

Lobo, de Caxias (MA), como a Fazenda Canabrava, de 635 hectares, a Fazenda Todos os Santos, de 354 hectares, e uma casa na Rua Condeleiro Furtado, 23, também em Caxias. No caso do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), responsável pelo desvio de US\$ 15 milhões em subvenções para entidades controladas por sua família em Nova Iguaçu (RJ), o inquérito reuniu provas não só de enriquecimento ilícito e peculato, como de formação de quadrilha.

O ex-relator da Comissão Mista do Orçamento, deputado Messias

Natanael Guedes — 8/1/92

Góes (PFL-SE), conseguiu meter-se em uma enrascada com um empréstimo de valor irrelevante para os parâmetros da CPI. Messias tomou o equivalente a US\$ 10 mil em novembro de 1988, no Banco do Brasil, empréstimo resgatado como prejuízo pelo banco, por US\$ 700. Sua ficha cadastral na agência do município de Frei Caneca não é recomendável para um parlamentar. A avaliação de julho de 1990 diz que o deputado não é pontual nos pagamentos nem desfruta de crédito. “Registramos que o titular nos informou que não mais tratará com a filial e sim a nível de diretoria”, escreveu o gerente, levando a CPI a suspeitar de exploração de prestígio.

Inquérito — São provas como esta que o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), remeterá ao Ministério Público, já que a capitulação penal e a abertura de processo criminal contra os acusados é de competência exclusiva da Justiça. O trabalho da comissão, que envolve duas centenas de auditores do Tribunal de Contas da União e outros cem da Receita Federal em todo o país, além de outra centena de digitadores e técnicos do Sistema de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) e 50 deputados e senadores, está sendo acompanhado por dois procuradores da República que darão andamento ao inquérito na Justiça.

Os procuradores vão levar o resultado do processamento de 500 mil informações bancárias, 20 mil documentos enviados pelos cartórios de todo o Brasil para investigar o patrimônio oculto dos envolvidos, além de cópias dos cadastros de propriedades de aeronaves, embarcações e imóveis rurais emitidos pelo Incra e informações dos bancos oficiais. Cada um dos investigados pela CPI possui uma pasta com a documentação de tudo o que foi levantado. Entre os dossiês mais volumosos está o do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), em que apenas a defesa devidamente documentada tem 950 páginas. Só na CEF Fiúza tem US\$ 4,9 milhões em empréstimos pedidos e renegociados a explicar.